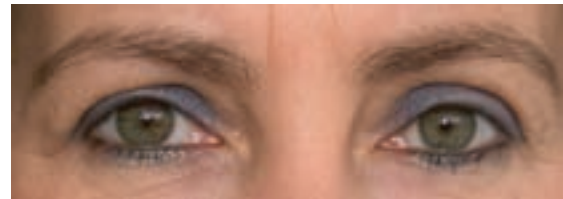


spii
INFORMAÇÃO



**a vez
e a voz das
mulheres**

**Bolonha serve de mote
para quase tudo!
Os debates
e discussões que se
vão sucedendo são
disso exemplo.**

A propósito do “processo Bolonha” pode falar-se e discutir-se sobre:

- o modelo de gestão das universidades;
- o papel educativo/formativo dos institutos politécnicos *versus* universidades;
- a expansão do Ensino Superior em Portugal;
- a proliferação das instituições privadas de Ensino Superior;
- a qualidade da formação oferecida nas diversas instituições;
- o poder dos reitores;
- a qualificação dos docentes do Ensino Superior;
- a “liberalização” da Educação;
- o Orçamento de Estado...

“Processo Bolonha”: diz que é uma espécie de...

Os que tiveram oportunidade de assistir aos diversos debates promovidos sobre “Bolonha” conhecem os *rumos* que estes e outros assuntos conheceram. E os que até agora não tiveram oportunidade de presenciar estes espaços facilmente o adivinham.

O mais sintético que pode adiantar-se, e que aparece a rematar todo o discurso, é a própria definição de “Bolonha”: *momento de higienização* no Ensino Superior em Portugal.

A nossa escassa dimensão geográfica e a nossa (des)localização na Europa aparecem também como variáveis a ter em conta.

As verdadeiras universidades ‘research’ ocupam, ao que parece, muito espaço. Logo, poderemos ficar com duas – ou três, na melhor das hipóteses – destas instituições... Poderemos ser grandes especialistas em primeiros ciclos e atrair (!!!) estudantes de toda a Europa para aquilo em que seremos acreditados... Afinal, continuaremos a ser o país à *beira-mar plantado*!

A propósito do “processo Bolonha”, diz-se que é uma espécie de nova concepção de formação, mas disso ninguém fala!

Poderia debater-se:

- o modelo de ensino/formação proposto;
- o perfil de competências dos alunos;
- o perfil de competências dos docentes;
- a nova organização do trabalho universitário;
- a mudança profunda que se exige!

Gostaria de sugerir que estas temáticas integrassem, também, os discursos que vamos ouvindo. ▶

Anabela Sousa,
Área Sindical do Porto

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel e Ana Alvim · **Foto Capa** Adriano Rangel

Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** http://www.spn.pt

Tiragem média 26.375 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Lutar para vencer

A necessidade de novas políticas é hoje cada vez mais clara e mais perceptível para o cidadão comum, que olha à sua volta e não só não vislumbra a concretização de nenhuma das promessas eleitorais que saíram em jorro da boca de José Sócrates – quando foi preciso enganar os portugueses, para que lhe dessem uma maioria absoluta –, como, pelo contrário, vê agravadas as suas condições de vida, vê o desemprego bater recordes, o Serviço Nacional de Saúde ser desmantelado, a Segurança Social ser descapitalizada, a Educação enveredar por vias privatizadoras (com o Ensino Superior à cabeça) e os professores serem maltratados e desvalorizados profissionalmente, de uma forma nunca vista e até impensável para os dias de hoje.

Os cerca de 120 mil trabalhadores que inundaram as ruas de Lisboa no dia 2 de Março, convocados pela CGTP-IN, afirmaram isso mesmo:

- que é necessária uma inversão urgente das políticas seguidas até aqui;
- que é preciso inverter a tendência que coloca os trabalhadores no centro da crise, enquanto a banca atinge os maiores lucros de sempre e as OPA se tornam a prova evidente de que as dificuldades atingem sempre os mesmos;
- que este Governo tem que ser firmemente confrontado a partir das lutas sociais que os trabalhadores continuarão a desenvolver até pôr fim a esta ofensiva.



ABEL MACEDO

Coordenador do SPN

Mas este larguíssimo número de trabalhadores provaram, também, e de forma irrefutável, outra coisa: a força que sustenta a maior organização sindical portuguesa e a consonância entre as propostas de acção e luta que emanam da sua direcção e a vontade dos trabalhadores, que nelas vêem reflectidas as suas preocupações, os seus anseios e as suas vontades.

Esta é uma preocupação que deve estar sempre presente nas organizações sindicais, que, como a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), encontram a sua razão de existir no seio dos trabalhadores que representam.

E os tempos que vivemos – como outros já vividos, mas estes com a particularidade de serem marcados pela mais violenta ofensiva jamais desencadeada sobre os trabalhadores nos dias de hoje – colocam, também como sempre, novos desafios.

Há desorientação nos professores face às pressões que sobre eles crescem. Há desencanto por se sentirem encurralados, maltratados, desvalorizados, desprotegidos por uma tutela que os devia erguer e valorizar como artesãos do futuro. Há desânimo por verem direitos tão arduamente conquistados serem objecto de menosprezo, de achincalhamento até, como se fossem privilégios outorgados pelo arbitrário beneplácito de quaisquer governantes. Há também, aqui e além, sentimentos de raiva, de impotência, de desespero, nem sempre canalizados para o alvo certo.

É normal, em tempos de incerteza, quando ainda não se vislumbra a totalidade da ofensiva, e onde oprimir é a regra e exigir obediência é o principal mandamento.

E é aqui, neste complexo contexto, que qualquer parca esperança deve servir de incentivo às lutas por travar, que é necessário, mais do que nunca, sentir que não estamos sós, que ao nosso braço se enlaça outro braço, e outro, e outro... Tantos que, quando olhamos em redor, damos conta de que, afinal, somos uma multidão. Forte, como devem ser as multidões. Organizada, como devem ser as multidões que vencem. E eis que de repente, quase sem nos darmos conta, nos apercebemos que essa força e essa organização advêm do facto de termos um sindicato que está ao nosso lado nesse combate.

Não, não vamos lutar por lutar. Não vamos lutar porque alguém nos segreda ao ouvido que só nos resta lutar.

Vamos lutar porque percebemos tudo o que nos está a acontecer.

Vamos lutar porque distinguimos com clareza o que estes governantes querem fazer aos professores, à Educação, aos nossos alunos, às suas famílias, à Escola e ao nosso futuro colectivo.

Vamos lutar porque queremos derrotar esta estratégia, esta ofensiva, esta política, estes políticos.

Vamos lutar porque queremos vencer! ▶

*À Manuela Mendonça:
pela Coragem,
pela Determinação,
pela Limpidez do seu
posicionamento sindical*



Ana Alvim



Desfile gigantesco até à Assembleia da República

120 mil exigiram mudança de políticas

A valorização do serviço público de educação e a aplicação de medidas que contribuam para a democratização do ensino foram exigidas na jornada nacional de luta convergente (sectores público e privado) que a CGTP-IN levou a efeito no dia 2 de Março.



Ana Alvim



Cerca de 120 mil trabalhadores confirmaram, num protesto repetido, o seu descontentamento e as suas preocupações, numa altura em que o Governo – orgulhosamente só – apagou duas velas cinzentas de aniversário. Em vez dos parabéns, ecoaram palavras-de-ordem como “Mais e Melhor Escola Pública”, “Justiça social faz falta a Portugal” e “Trabalhar até morrer, assim não pode ser”.

Como sublinha a resolução aprovada na ocasião, estão à vista as consequências das políticas seguidas pelo Governo: “subida do desemprego e aumento da precariedade do trabalho; dificuldades crescentes no acesso ao mercado de trabalho, em particular dos jovens e desempregados de longa duração; redução dos salários; aumento do custo de vida; bloqueamento da contratação colectiva e tentativa de liquidação de direitos contratuais; limitações graves na prestação das funções sociais do Estado e dos

serviços públicos, designadamente nas áreas da saúde, segurança social, ensino e educação; fragilização da protecção social; retirada de direitos aos trabalhadores do sector público e do sector privado”.

“Como se isto já não bastasse”, acrescenta a resolução, “pretende-se, agora, com as novas teses da flexigurança, liberalizar o despedimento sem justa causa, precarizar ainda mais o mercado de trabalho, limitar os direitos sindicais e atacar a contratação colectiva”.

Guimarães será palco de “expressiva acção sindical”

Os participantes nesta jornada de luta pela mudança de políticas assumiram, entretanto, o compromisso de continuarem a lutar nas empresas, nos sectores e nas regiões pelas suas reivindicações específicas e de se empenharem, “em grande unidade e convergência de esforços”, nas acções nacionais entretanto programadas pela CGTP-IN, designadamente o Dia Nacional de Luta dos Jovens Trabalhadores, 28 de Março, “Pela Estabilidade do Emprego, Contra a Precariedade”, e o 1º de Maio.

Entretanto, no quadro da presidência portuguesa da União Europeia, a CGTP decidiu realizar “uma expressiva acção sindical”, a coincidir com a reunião do Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais, em Guimarães, nos dias 5 e 6 de Julho, e uma grande manifestação num dos dias da Cimeira Europeia que decorrerá em Lisboa, a 18 e 19 de Outubro. ▶

J.P.O.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) considera que, apesar de não dever ser criado um clima de alarmismo em torno deste problema, é necessário que a opinião pública tenha conhecimento desta realidade que marca o dia-a-dia de muitas escolas e o quotidiano profissional de muitos docentes.

As causas para este fenómeno são múltiplas e têm a ver, sobretudo, com questões de ordem geral, relacionadas com profundas alterações no plano social e familiar e com o alastramento de situações de marginalidade e pobreza na sociedade portuguesa.

Mas também é cada vez mais evidente que o acréscimo deste tipo de situações tem a ver com o momento que atravessa a profissão docente, recorrentemente desrespeitada e desvalorizada – a que não é alheia a política da actual equipa do Ministério da Educação (ME), que tem contribuído grandemente para acentuar uma imagem pública negativa dos educadores e professores e do trabalho que realizam.

Assumir que se está perante um problema que não pode ser ignorado coloca na ordem do dia a necessidade de medidas urgentes que garantam aos docentes a imprescindível segurança no exercício da sua profissão. Essas medidas passam, no essencial, por respostas políticas, sociais e económicas que atalhem a desigualdade crescente e melhorem as condições de vida dos portugueses.

Mas há medidas que passam pela escola. É necessária maior autonomia para que as escolas possam responder de forma diversa aos problemas com que as comunidades locais se confrontam, adequando

Multiplicam-se as agressões aos professores

Num momento em que têm vindo a público notícias de várias agressões exercidas sobre professores na área do Porto, o SPN manifesta a sua preocupação por estas ocorrências, que confirmam uma tendência de agravamento dos problemas de indisciplina e violência nas escolas.

as condições de ensino e aprendizagem às características específicas da sua população escolar: desdobrando turmas, trabalhando com grupos mais pequenos, criando equipas multidisciplinares, com técnicos, psicólogos e assistentes sociais, que trabalhem de forma articulada na identificação de situações, causas e respostas para os casos de indisciplina e violência.

A Direcção do SPN expressa pública solidariedade a todos os professores que vivem momentos difíceis, e que apenas querem exercer condignamente e em segurança a profissão que abraçaram, e declara o seu apoio a todas as iniciativas que as comunidades educativas desenvolvam no sentido da exigência de tomada de medidas urgentes que ponham cobro a situações insustentáveis de insegurança nas escolas.

Para este efeito, a Direcção do SPN considera imperioso que o ME reveja e inverta a atitude desvalorizadora e desrespeitadora que vem demonstrando relativamente aos educadores e professores portugueses. ▀



Concurso de acesso a 'professor titular'

Após a realização de quatro reuniões negociais, tem sido patente, ao longo do processo, o desrespeito do ministério pelas mais elementares regras de negociação, seja pela fixação unilateral do calendário negocial, pelo escasso tempo concedido entre a entrega de propostas e as datas de reuniões – pondo em causa a possibilidade de as debatermos com os educadores/professores e a elaboração de pareceres – ou pela atitude intransigente e pela escassa ou nula vontade de considerar a maior parte das preocupações manifestadas pela Federação Nacional dos Professores.

A postura da Fenprof neste processo passou, desde o início, por reafirmar a discordância com o que está na base do mesmo – a divisão da carreira em duas categorias hierarquizadas –, mas não deixámos de considerar igualmente inaceitáveis alguns aspectos específicos das propostas agora apresentadas, nomeadamente:

- a ponderação dos factores a classificar (de início nem sequer apresentada), o que implicaria que este diploma regulamentador carecesse, ele próprio, de regulamentação! Depois, conhecidos os factores, e conjugados com a pontuação mínima exigida para aprovação, ficava clara a intenção de deixar de fora a esmagadora maioria dos docentes do 10º escalão;
- a relevância negativa de todo o tipo de faltas, licenças ou dispensas, tendo o ME, na última proposta, decidido excluir as licenças de maternidade e paternidade, as faltas por actividade sindical e a greve, apenas por imperativo constitucional, como reconheceram. A Fenprof discorda que se mantenham os prejuízos devido a faltas que, ao abrigo de diversos quadros legais, são equiparadas para todos os efeitos a serviço efectivo (nojo, cumprimento de obrigações legais ou assistência a filhos menores), no que parece ser uma aplicação retroactiva de efeitos de duvidosa constitucionalidade, estando em causa o princípio da confiança;
- a penalização de situações legalmente equiparadas à prestação efectiva de serviço: licença sabática, equiparação a bolseiro, exercício de funções técnico-pedagógicas, deputados, autarcas a tempo integral ou, de forma mais evidente, dirigentes sindicais com redução total de serviço;
- o facto de a análise curricular se reportar apenas aos anos lectivos desde 1999/2000, ignorando todo o restante tempo de serviço;
- o impedimento de candidatura a docentes com grau de bacharelato ou aos que usufruem transitoriamente de dispensa, total ou parcial, da componente lectiva por motivo de doença;
- uma estruturação, para criação de vagas, em departamentos muito amplos ou mesmo incongruentes (p. ex., inclusão da Educação Especial num departamento de expressões);
- o tratamento desigual e discriminatório do exercício de funções nos ensinos Particular e Cooperativo, IPSS e no Ensino Superior, incluindo o público.

Face a propostas tão gravosas e, em diversos casos, de duvidosa legalidade e constitucionalidade, a Fenprof admite recorrer à negociação suplementar, reservando-se também o direito de recorrer a instâncias nacionais e internacionais de denúncia e apelo. Ao mesmo tempo, apoiará juridicamente os seus associados que pretendam recorrer aos tribunais. ▀

Das 24 matérias do “estatuto do ME” que carecem de regulamentação, o ministério elegeu, sem surpresa, para dar início ao processo, o primeiro concurso de acesso à categoria de ‘professor titular’, indo já na terceira versão do seu anteprojecto, entregue no dia 5 de Março.



Ilustração Pedro Lino / IE

SPN reuniu com a DREN

Uma delegação do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) foi recebida, a nosso pedido, na Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), tendo sido abordadas duas questões que têm estado no centro das nossas preocupações: o reordenamento da rede escolar (e possíveis alterações a introduzir) e o funcionamento das actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo. No âmbito do ponto "diversos", foram levantadas questões sobre a aplicação do novo Estatuto da Carreira Docente e algumas dúvidas quanto aos próximos concursos nacionais.

No final da reunião, foi colocada a questão da alteração ao Decreto-Lei nº 115-A/98. Foi-nos dito que a orientação é para, na ausência de nova legislação, as escolas desenvolverem os processos eleitorais nas datas previstas. O SPN deixou claro que contestaria uma eventual prorrogação de mandatos por despacho ou qualquer outra norma jurídica inferior a decreto-lei.

Por absoluta falta de espaço nesta edição, uma síntese alargada da reunião estará disponível no banner da «SPN-Infomação» (www.spn.pt).

Assembleia Geral Ordinária de Sócios

CONVOCATÓRIA

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco uma Assembleia Geral Ordinária de Sócios, descentralizada, para o dia 11 de Abril de 2007, às 16h30, a ter lugar na sede do SPN, no Porto, e nas sedes das Áreas Sindicais.

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Discussão e aprovação do relatório de actividades e contas relativos ao ano 2006.

Nota: Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presentes.

Porto, 9 de Março de 2007

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Maria Ruth Rodrigues

9º Congresso Nacional dos Professores

CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos do Regulamento do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) relativo à eleição dos seus delegados ao 9º Congresso Nacional dos Professores, a realizar em Lisboa, na Faculdade de Medicina Dentária, nos dias 19, 20 e 21 de Abril de 2007, convocam-se os **sócios do SPN na situação de desemprego** para uma reunião a realizar às 15h00 do dia 11 de Abril de 2007, na sede do SPN, no Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação dos documentos do Congresso
2. Eleição dos delegados (dois) ao Congresso

Porto, 9 de Março de 2007

A Direcção do SPN

Reuniões sindicais

Em toda a área geográfica de implantação do Sindicato dos Professores do Norte, os meses de Janeiro e Fevereiro foram de intensa actividade sindical junto dos educadores e professores, com a realização de centenas de reuniões de escola/agrupamento e plenários, abarcando todos os sectores de educação e ensino não Superior. Ainda com reuniões plenários por realizar, o balanço, no início de Março, apontava para a presença de quase 8.000 educadores e professores (mais informação em www.spn.pt).

Área Sindical	Presenças
Amarante	500
Braga	500
Bragança	250
Chaves	290
Guimarães	500
Mirandela	170
Monção	290
Penafiel	470
Porto	2.300
Póvoa de Varzim	800
Sta. Mª da Feira	440
S. J. da Madeira	400
Viana do Castelo	370
V. N. Famalicão	310
Vila Real	350
TOTAL	7.940

Aprovada a revisão dos Estatutos do SPN

Mais de dois mil sócios do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) participaram na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no passado dia 27 de Fevereiro, tendo aprovado, por larga maioria, a proposta de revisão dos Estatutos apresentada pela Direcção.

Com esta alteração, o SPN fica mais próximo dos professores, ao proporcionar uma maior fidelização de uma elevada percentagem de sócios contratados/desempregados e ao favorecer o estabelecimento de uma relação mais profícua com esses colegas.

Artigo	A Favor	Contra	Branco	Nulos	Total
Art. 8.º - n.º 1 d)	2027	86	10	27	2150
Art. 8.º - n.º 1 e)	2070	39	14	27	2150
Art. 8.º - n.º 1 f)	2072	35	16	27	2150
Art. 14.º - n.º 3	1952	150	21	27	2150
Art. 14.º - n.º 4	1980	124	18	28	2150
Art. 15.º - n.º 1 a)	1999	102	20	29	2150
Art. 15.º - n.º 1 b)	1982	121	19	28	2150
Art. 15.º - n.º 1 c)	1997	108	16	29	2150
Art. 15.º - n.º 2	2069	38	15	28	2150
Art. 19.º - n.º 5	2064	37	19	30	2150
Art. 25.º - n.º 5	2065	39	19	27	2150
Art. 25.º - n.º 6	2063	42	18	27	2150
Art. 28.º - n.º 2	2089	16	17	28	2150
Art. 29.º	2090	16	17	27	2150
Art. 33.º - h)	2061	45	17	27	2150



Adriano Rangel



O secretário-geral da Fenprof, Paulo Sucena, cessa funções no próximo congresso, em Abril. Esta circunstância fez com que os sindicatos constituintes da Federação desenvolvessem processos de reflexão e discussão autónomos, e entre eles, para apurar sensibilidades quanto ao perfil de quem lhe deverá suceder. Não tendo sido possível consensualizar um nome entre todos os sindicatos, os Corpos Gerentes do SPN aprovaram a candidatura de Manuela Mendonça ao cargo.

[entrevista nas páginas seguintes]

9º Congresso Nacional dos Professores

Manuela Mendonça candidata à sucessão de Paulo Sucena

No âmbito do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), a decisão que os Corpos Gerentes tomaram, em reunião realizada no dia 21 de Fevereiro, vinha sendo trabalhada desde meados de Dezembro do ano passado. Nessa altura, perante um cenário que apontava para a possibilidade de duas candidaturas – protagonizadas por António Avelãs, presidente do SPGL, e por Mário Nogueira, coordenador do

SPRC (cenário que viria a concretizar-se em Janeiro) –, conclui-se que nenhuma delas seria geradora de amplo consenso no seio da Federação Nacional dos Professores (Fenprof).

O SPN entendeu, então, em Plenário de Dirigentes com Redução, que deveria avançar, para reflexão, com um nome que alargasse a discussão e se configurasse como uma melhor solução, por eventualmente reunir um consenso mais amplo do que qualquer daqueles dois. Foi neste contexto que surgiu o nome de Manuela Mendonça, que aceitou ser proposta como candidata no pressuposto de que a sua candidatura pudesse contribuir para a unidade do SPN e para a construção de um mais amplo consenso no âmbito da Fenprof e na condição de ser sufragada na reunião que tem efectiva capacidade para decidir sobre estes assuntos, ou seja, nos Corpos Gerentes do SPN.

Posteriormente, face à decisão dos Corpos Gerentes do SPN, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) retirou a candidatura de António Avelãs em favor da de Manuela Mendonça, que assim reúne o apoio dos dois maiores sindicatos de professores portugueses. ▶

Declaração de aceitação da propositura

“Lamento que não tenha sido possível encontrar, no conjunto dos dirigentes da Fenprof, um candidato de consenso que evitasse o aparecimento de candidaturas potencialmente fracturantes.

Nas discussões realizadas, ficou claro para mim que a necessidade de o SPN ter que tomar posição a favor de qualquer das duas candidaturas, apresentadas pelo SPGL e pelo SPRC, poderia constituir um factor de profunda divisão na Direcção do Sindicato.

A decisão de aceitar ou não ser proposta como candidata a secretário-geral foi, para mim, muito difícil. Nenhuma das alternativas era fácil: se aceitasse, teria que enfrentar um desafio totalmente inesperado; se recusasse, sentiria o peso de ter virado as costas a um apelo do meu sindicato e de ter defraudado as expectativas de quem pensa que eu posso representar uma solução mais consensual para a Fenprof.

Foi a responsabilidade que sinto, como dirigente do SPN, em preservar a coesão interna este colectivo, que me obrigou a responder positivamente ao apelo que me foi feito.

Nós não somos apenas dirigentes do SPN, somos também dirigentes da Fenprof. E a Fenprof é mais do que a soma dos seus sindicatos. Considero que o Secretariado Nacional tem a responsabilidade política de trabalhar, a partir das candidaturas existentes, para encontrar a melhor solução para a unidade da Fenprof”. ▶

Manuela Mendonça,

direcção do SPN

**Manuela Mendonça:
ser professor é exercer
uma profissão exigente
em contextos de grande
complexidade**



É necessário perspectivar um sindicalismo de visão ampla

Num contexto de globalização económica e de reforço das políticas neoliberais, faz sentido falar de “movimento sindical”? Os sindicatos não estarão condenados ao esvaziamento?

Creio que não só faz todo o sentido, como se revela cada vez mais insubstituível o espaço ocupado pelas organizações sindicais no combate às políticas neoliberais. Todas as iniciativas de resistência e combate ao neoliberalismo vigente, do local ao global, contam sempre, no primeiro plano, com organizações sindicais fortes, prestigiadas e combativas.

Nesta perspectiva, o que é ser sindicato hoje? Os sindicatos devem limitar-se à acção reivindicativa?

Entre os muitos desafios que esta globalização nos coloca, está, precisamente, a necessidade de perspectivar um sindicalismo de visão ampla, que, não abandonando a atenção, a acção e a luta em torno das questões nucleares ligadas às matérias sócio-profissionais, seja capaz de intervir noutros planos, nomeadamente sendo firmes e propositivos na definição das políticas, globais e sectoriais, intervindo no sentido de ser ouvida e respeitada a voz dos trabalhadores, que é a dos seus sindicatos representativos.

Ser sindicato hoje é, antes de tudo, ter a percepção das ligações e interacções que se registam ao nível político, como única forma de compreender as políticas sectoriais para agir no sentido da correcção dos seus eventuais desvios e erros.

Face à crescente ofensiva dos governos relativamente aos trabalhadores em geral, e aos sindicatos em particular, em que medida a aferição da representatividade das organizações pode funcionar como garante dos direitos sindicais, nomeadamente à negociação colectiva?

A medição da representatividade tem, efectivamente, que garantir direitos mais amplos aos sindicatos e um alargamento do seu campo de intervenção e de negociação. De facto, embora a Constituição consagre o direito de as associações sindicais participarem na elaboração da legislação do trabalho, o que se tem verificado é uma participação estritamente formal, sendo chamadas apenas para se pronunciarem sobre propostas já elaboradas, às quais, na melhor das hipóteses, só conseguem introduzir alterações pontuais e secundárias.

Neste contexto, o papel dos sindicatos acaba por ser o de comentar a legislação, o que fica muito aquém da participação na sua elaboração. Isso implicaria que fossem chamados a intervir no agendamento das questões e na definição dos tempos.

De qualquer forma, a necessidade de aferição da representatividade tem grande pertinência em sectores profissionais onde existe uma pulverização de organizações, como o nosso. Nestes casos, a clarificação do peso relativo dos vários sindicatos permite saber quem representa efectivamente os trabalhadores, contribuindo para uma maior transparência dos processos negociais. +



Ana Alvim

Escola Pública de Qualidade é essencial à democracia

O “ECD do ME” configura um atentado à dignidade profissional e social dos docentes, mas o facto é que a sua regulamentação está em curso. O que é que eles podem esperar deste processo? E da Fenprof?

Acho que, desde logo, os educadores e professores devem acreditar que a intervenção dos sindicatos neste processo pode vir a impedir desenvolvimentos ainda mais gravosos de alguns princípios que o ECD consagra.

Veja-se a regulamentação do concurso para professor titular, em que o ME apresentou um primeiro projecto que, entre outras coisas, limita a vida profissional dos professores, para apreciação curricular, aos últimos 6 anos, estabelece uma pontuação mínima para acesso inatingível para a esmagadora maioria dos docentes e penaliza todas as faltas e licenças, independentemente da sua natureza. Aos sindicatos cabe contestar e denunciar publicamente o absurdo destas propostas, e até a sua inconstitucionalidade, para que o ME se sinta pressionado a corrigi-las.

Mas o que eu gostava de sublinhar é que o essencial deste estatuto não se joga na regulamentação. Joga-se na continuação da recusa, pelos professores, de um estatuto de carreira que representa a desqualificação material, profissional e social da profissão, e que, a prazo, comprometerá de forma decisiva a qualidade da Escola Pública.

Da Fenprof, os educadores e professores podem continuar a esperar determinação na luta por um Estatuto compatível com a importância social da função que desempenham e firmeza na defesa dos seus interesses. Que, ao contrário da ideia que o Governo tem tentado passar, não são inconciliáveis com os interesses dos alunos e das escolas.

Atendendo à forma como foi “negociada” a revisão do ECD, o que esperar da revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, que deve estar na calha?

Na verdade, a postura arrogante e prepotente que o ME assumiu na revisão do ECD não augura nada de bom relativamente a processos futuros. Por isso, é possível e provável que, no âmbito da revisão da Lei de Bases, nos venhamos a confrontar com a necessidade de lutar contra algumas propostas que o Governo venha a apresentar, nomeadamente, em áreas tão sensíveis como a relação entre o sistema público e o privado, a gestão das escolas, a formação de professores, o reordenamento da rede escolar ou a tipologia das escolas.

Eleni Tsara



Ana Alvim

A gestão democrática ainda é um valor com sentido, que valha a pena afirmar, face aos novos regimes de autonomia e gestão?

É um valor com sentido, e deve ser afirmado contra soluções tecnocráticas de cariz empresarial, como as que têm vindo a ser defendidas por quem pretende profissionalizar a gestão.

Embora não tenha conseguido manter nas escolas as dinâmicas de auto-governo assumidas e vividas no período pós-revolucionário, a gestão democrática continua a ser uma marca distintiva da Escola portuguesa relativamente a outros países, ao consagrar princípios de democraticidade traduzidos em condições de elegibilidade, colegialidade e participação.

Para a Fenprof, as alterações que é preciso operar ao nível da gestão passam pela revitalização do potencial que a gestão democrática representou, e representa, no caminho para o aprofundamento da democracia e para a melhoria da Escola Pública e da qualidade que ela deve assegurar.

A Escola Pública de Qualidade é uma possibilidade real ou apenas um slogan?

Mais do que possibilidade, penso que é condição para a concretização do direito à Educação. A valorização da Escola Pública tem constituído, por isso, um objectivo estratégico fundamental na acção da Fenprof. Um objectivo que ainda está longe de ser conseguido, mas que vale a pena continuar a perseguir, porque, por razões de equidade e justiça social, a Escola Pública é essencial à democracia.

Os elevados índices de insucesso e abandono são reflexo de que algo vai mal no sistema de ensino. O que é que está por trás desta realidade preocupante?

Há uma multiplicidade de factores, quer de ordem política e sócio-económica, quer de ordem educativa. Para além de ser um país com enormes desigualdades sociais, que têm vindo a acentuar-se, Portugal tem graves problemas estruturais no sistema educativo e défices profundos ao nível da formação e qualificação, decorrentes de décadas de desinvestimento e de uma grande instabilidade na definição e execução das políticas educativas.

Ana Alvim



Sectorialmente, quais são os principais constrangimentos e dificuldades no sistema de ensino? E quais são as propostas da Fenprof para os ultrapassar?

Vamos lá ver... Elas são tantas, que seria difícil aprofundar agora todas as questões sectoriais. Vou sublinhar apenas um ou outro aspecto que considero mais relevante.

Começando pela Educação Pré-Escolar: a sua importância como primeira etapa da educação básica justifica a valorização do seu papel no quadro do sistema educativo e as nossas propostas de generalização da sua frequência para as crianças de 3 e 4 anos e obrigatoriedade para as de 5/6 anos, através da rede pública.

Quanto ao 1º Ciclo, tem vindo a ser vítima de profundas transformações, operadas de forma avulsa e precipitada no plano curricular, da reestruturação da rede e das condições de trabalho – neste caso, decorrentes, essencialmente, da implementação das actividades de enriquecimento curricular. A Fenprof tem vindo a exigir uma avaliação rigorosa da implementação destas medidas, defendendo um reordenamento da rede escolar que tenha em conta as necessidades das populações, a qualidade das respostas educativas e o respeito pelo conteúdo funcional da profissão.

Nos 2º e 3º ciclos, especialmente neste último, importa reflectir sobre o desenho curricular, o número excessivo de disciplinas e a extensão dos programas. Por outro lado, a introdução de exames nacionais no 9º ano veio agravar as taxas de retenção, confirmando as críticas que a Fenprof formulou, considerando-os desajustados no quadro da escolaridade obrigatória. +

Quanto ao Ensino Secundário – que, além da reduzida taxa de frequência em relação aos países europeus, continua a revelar índices preocupantes de insucesso –, é necessário repensar todo o seu funcionamento, no sentido de lhe dar uma identidade própria, melhorar as qualificações profissionais dos alunos e eliminar as suas distorções, equilibrando a procura entre cursos de prosseguimento de estudos e de qualificação profissional e assegurando igual dignidade às diversas vias de ensino. A este respeito, importa também valorizar e consolidar os cursos profissionais.

Uma referência particular para a Educação Especial, área em que este ME tem revelado enorme incompetência. A criação artificial, por “deficiências” dos grupos de recrutamento, a não assunção da formação inicial dos docentes com formação especializada e a drástica diminuição do número de vagas a concurso, provocaram uma situação de anarquia que urge corrigir.

Já agora, no caso do sector Particular e Cooperativo, penso que a Fenprof deve continuar a reivindicar níveis de exigência elevada para o ensino nele ministrado e a intervir no sentido de defender os direitos dos docentes que nele trabalham.

O Ensino Superior é um caso à parte? Os problemas são mais específicos, a tutela é outra...

Relativamente ao Superior, o ministro não se tem mostrado disponível para negociar com os sindicatos a revisão de uns estatutos de carreira desmotivadores para os anseios profissionais dos docentes. Por outro lado, as fortes restrições orçamentais impostas pelo Governo não só comprometem decisivamente a desejada melhoria da qualidade e relevância social deste sector, como farão aumentar a precariedade de emprego, arrastando muitos docentes para o desemprego – situação tão mais dramática porque esses docentes continuam a não ter direito a subsídio de desemprego, recentemente inviabilizado pela maioria socialista no Parlamento.

Quanto às reformas que têm vindo a ser anunciadas, a Fenprof não nega a sua necessidade, mas considera que deverão acautelar princípios essenciais, nomeadamente o primado do interesse público e a gestão democrática das instituições, entendida como o dever e o direito de participação da comunidade académica nas decisões sobre matérias de organização e direcção da sua actividade.

[Interrupção para Manuel Mendonça atender uma solicitação urgente de um Conselho Executivo]

Antes de continuarmos, não queria deixar de chamar a atenção para um problema que, não sendo sectorial, atinge uma tal dimensão que deve continuar no centro das preocupações e intervenção sindicais. É o desemprego e a precariedade, que atingem dezenas de milhares de docentes.

Ao longo dos anos, a Fenprof tem rejeitado a ideia de que o sistema não necessita de mais professores. A consideração de que o país continua a ter constrangimentos estruturais no plano educativo, como o abandono e insucesso escolares, a necessidade de melhorar as qualificações de milhares de trabalhadores, a urgência de apoios eficazes e de qualidade para crianças e jovens com necessidades educativas especiais, a própria dimensão, ainda tão premente, do analfabetismo – tudo isto exige mais docentes, e não o seu despedimento ou a sua utilização como mão-de-obra barata, sem perspectiva de futuro profissional estável.

Neste sentido, continuam a ser actuais e necessárias todas as acções de mobilização e luta dos docentes contratados e desempregados, pelo emprego e pela estabilidade profissional.



Ana Alvim



Ana Alvim

Defender a dignificação e a valorização da profissão deve ser uma prioridade estratégica da Fenprof

entre outras, a Fenprof deve aprofundar caminhos de solidariedade, trabalhar mais e melhor a área da educação para o desenvolvimento, para uma cultura de paz, de luta contra a pobreza e por maior justiça social, pelo que deve enquadrar-se activamente em todos os espaços em que participa.

Mas estes valores não são apanágio apenas das direcções sindicais. São de toda uma classe profissional, que, assumindo-se autónoma, reflexiva, crítica e criativa, alcança a sua verdadeira dimensão ao debatê-los, incorporá-los e, essencialmente, vivendo-os.

Como perspectivar a relação da Fenprof com as outras organizações sindicais de professores e com o movimento sindical em geral?

Penso que este processo de revisão do ECD inaugurou uma fase diferente de relacionamento entre as várias organizações sindicais. De facto, a Plataforma Sindical permitiu a articulação de posições entre as quatro mesas negociais, constituídas pelo ME, e a convergência nas formas de acção e luta. E foi este trabalho conjunto que impediu a assinatura de qualquer acordo, deixando o ME completamente isolado na imposição do seu estatuto.

Sem perder de vista os princípios e a identidade própria da Fenprof e dos seus sindicatos, creio que o balanço positivo desta e de outras convergências – nomeadamente ao nível do Ensino Superior e do Particular – aponta para a continuação da procura de entendimentos que favoreçam a defesa dos interesses dos professores e das escolas. +

“Dar mesmo prioridade à educação. Prestigiar a escola e a profissão docente” é o lema do 9º Congresso da Fenprof. Quais deverão ser os grandes eixos reivindicativos nos próximos tempos?

O programa de acção que vai ser debatido desenvolve de forma sistematizada os eixos reivindicativos que o lema enuncia. Pessoalmente, destaco a necessidade de a Fenprof assumir como prioridade estratégica a defesa da dignidade da profissão e a necessidade da sua valorização, como condição indispensável para uma educação pública de qualidade.

Não dispondo dos mesmos meios que o Governo, a Fenprof tem tido alguma dificuldade em desmistificar publicamente o discurso do ME, segundo o qual, no sistema educativo, há dois interesses antagónicos: os dos professores, de um lado, e os das escolas e alunos do outro, cabendo-lhe defender os das escolas e dos alunos.

Neste contexto, um dos grandes desafios que temos pela frente, é tornar claro perante a opinião pública que melhores condições de trabalho para os professores, são melhores condições de aprendizagem para os alunos; que o sucesso educativo dos alunos é condição de realização profissional dos professores; que os docentes estão empenhados no combate ao abandono e insucesso escolares e na construção de uma escola de qualidade para todos. E que é por não se demitirem do seu papel insubstituível na definição e concretização destes objectivos que não aceitam um estatuto de carreira que, a manter-se, afastará os melhores quadros e, a curto prazo, só não levará à falta de docentes qualificados porque, infelizmente, há muito desemprego.

Para mim, esta afirmação da importância dos professores na definição e desenvolvimento das políticas educativas deve ser um dos eixos fundamentais da intervenção da Fenprof.

A dimensão cultural deve ser incorporada no caderno reivindicativo da Fenprof? De que forma é que o debate em torno dessa dimensão pode aproximar e emancipar a classe docente?

Essa dimensão tem que estar presente no caderno reivindicativo. Mas não só. Para além de uma dimensão cultural – de sentido amplo –, que inclua preocupações ambientais, de género, étnicas, artísticas,

Quanto ao movimento sindical, começo por sublinhar a importância de cinco sindicatos da Fenprof serem membros da CGTP, o que revela a compreensão de que o carácter global do ataque contra os trabalhadores exige que as organizações sindicais assumam e reforcem respostas também globais e articuladas. No quadro do trabalho a desenvolver no âmbito da central, quero destacar a proposta, inserida no programa de acção da Fenprof, de constituição de uma comissão específica de educação, com a participação de professores e outros trabalhadores, para que se reforce o trabalho da CGTP nesta área e se alarguem perspectivas na abordagem dos diversos temas.

Até que ponto a possibilidade de uma mulher ascender à liderança da maior organização nacional de professores poderá influenciar, ou não, a actuação da Fenprof?

Não me parece que essa questão seja determinante para a acção da Fenprof. Quando muito, pode assumir um carácter simbólico, uma vez que cerca de 70% dos docentes são mulheres.



Eleni Tsara

Que melhor definição para *ser professor* hoje?

Ser professor é exercer uma profissão de enorme importância e responsabilidade social num contexto de grande complexidade. É exercer uma actividade de grande exigência e desgaste, numa Escola a que é atribuído um conjunto alargado de missões, quantas vezes contraditórias, e onde se avolumam problemas de indisciplina, e até de violência. É, ainda, empenhar-se quotidianamente na difícil tarefa de educar, orientando percursos de desenvolvimento pessoal num mundo que se quer mais justo e solidário. Porque, apesar de todas as dificuldades, e recordando o lema de uma campanha que a Fenprof em tempos promoveu, *somos professores, damos rosto ao futuro.* ▶

António Baldaia

Apoio do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL)

A melhor escolha para a Fenprof



A Manuela Mendonça sabe que muito antes desta situação estar criada lhe disse, por várias vezes, que a considerava uma excelente hipótese para substituir o Paulo Sucena quando deixasse de ser secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof).

O meu apoio à Manuela Mendonça é um apoio pela positiva. No Secretariado Nacional (SN) e nos vários espaços em que a ouvi, ela impressiona pelo rigor sustentado das suas opiniões, longe de demagogias inúteis, em tudo avessa a simplismos redutores. Mesmo quando se trata de defender a manutenção de posições já assumidas pela Fenprof, há nela, quase sempre, um novo argumento, uma nova maneira de colocar os problemas.

Faço parte do grupo da Fenprof sobre a questão da representatividade, que ela coordena, alertando sempre os camaradas do SN para a importância estratégica de uma questão que boa parte do SN desvalorizava. A preocupação de recolher informações que nos permitam confrontar diferentes modelos e o rigor que põe em todos os textos que nos distribui, são um excelente exemplo de como se deve trabalhar. À Manuela Mendonça se devem os nossos melhores estudos, os melhores textos, as posições mais lúcidas sobre a defesa da gestão democrática.

Tenho a firme convicção de que a Manuela Mendonça como secretária-geral significará a melhor escolha para uma Fenprof que tem de construir soluções para um futuro que se avizinha muito complexo e ameaçador. Uma Fenprof que, não alienando a sua história, os seus princípios e as suas dinâmicas, seja capaz de encontrar as novas respostas que os novos desafios exigem. ▶

António Avelãs,
presidente do SPGL



Adriano Rangel

Dia Internacional da Mulher

150 anos depois, os problemas persistem

No dia 8 de Março de 1857, mais de uma centena de operárias têxteis de Nova Iorque morreram ao lutar por salários justos e pela redução da jornada de trabalho.

Recusavam, já nesse tempo, a discriminação e a exploração patronal, que lhes impunha menos de um terço do salário dos homens, que as obrigava a trabalhar entre 12 e 16 horas diárias e lhes exigia ritmos de trabalho desumanos, que lhes recusava direitos elementares de protecção da maternidade e de apoio à família.

150 anos depois – apesar de normas internacionais, europeias e nacionais que estabelecem a igualdade entre mulheres e homens e proibem as discriminações no plano formal –, persistem problemas semelhantes, ainda que com dimensões diferentes.

150 anos depois, no ano que a União Europeia instituiu como da *Igualdade de Oportunidades para Todos – Para uma Sociedade Justa*, as trabalhadoras portuguesas inscrevem, ainda, entre os seus objectivos de luta:

- eliminação de discriminações salariais e o combate à carestia de vida;
- horários de trabalho que permitam articular vida profissional e familiar;
- fim do despedimento ilegal de grávidas e da violação dos direitos de maternidade e de paternidade nos locais de trabalho;
- criação de uma rede pública de infra-estruturas sociais (creches, jardins-de-infância e outros) adequada às necessidades;
- implementação de políticas económicas, sociais e de saúde que garantam estabilidade e condições de vida digna às mulheres e às famílias. ▶

As carreiras das mulheres: uma visão menos convencional

O reconhecimento social e político da importância das mulheres no mundo do trabalho é de construção social recente. No plano internacional, só a partir da Conferência de Pequim, em 1995, se reconheceu que as desigualdades de género constituíam um sério obstáculo à inserção das mulheres no trabalho, e que tal afastamento impedia o desenvolvimento das sociedades. Impedia o desenvolvimento nos seus aspectos económicos, de aumento da produção e da criação de riqueza, mas também limitava as mulheres no plano pessoal e social.



Hoje, entre os grandes objectivos para o desenvolvimento do milénio, traçados pela Organização das Nações Unidas para o ano 2015, contam-se, de facto, a eliminação das assimetrias de género, a inserção das mulheres no mundo do trabalho e uma atenção especial à sua formação, para além de uma observação muito atenta às condições de desenvolvimento da sua saúde sexual e reprodutiva.

A discussão pública destas matérias, acompanhada de muito perto pelas organizações não governamentais de mulheres, ganhou um crescente terreno, com impacte na diversificação das experiências das mulheres, nas políticas de igualdade que se foram desenhando, bem como nas representações que as comunidades foram fazendo dos papéis e das funções das mulheres na sociedade ou na família. Às mulheres passou a estar reconhecido o direito à formação, à aquisição de competências variadas para o desempenho das suas funções.

Mas são elas que se tornam *actoras* de transformação social. Elas passam a exigir, resolutamente, uma igualdade no trabalho. Uma igualdade no plano das decisões políticas e uma progressão de carreiras que lhes garanta o exercício da cidadania e de responsabilidades e decisões na vida profissional. Elas demonstram a cada dia que são capazes.



As discussões na esfera pública são, contudo, determinantes para a compreensão da importância da profissão, tanto para o desenvolvimento pessoal e social da mulher, como enquanto acção para a sua liberdade. A profissão e uma carreira têm importância para si própria, para os seus próximos, para conhecer e pensar o mundo. Passando a encarar a sua vida, para além da maternidade como obrigação, as mulheres perceberam realidades mais complexas, abriram horizontes vedados pelo fio da história. Durante séculos viram-se silenciadas. Não podiam casar, se eram enfermeiras. Foram preteridas na frequência de cursos superiores. Muitas profissões lhes eram vedadas. Sentiram a segregação sexual no ensino e nas ofertas de emprego.

Regina Marques,
ESE de Setúbal

As desigualdades persistem

Actualmente, a questão pode ser vista do outro lado do espelho. Elas estão com êxito profissional nas escolas, elas exercem as profissões do ensino. Elas ocupam lugares de relevo na magistratura, na advocacia; estão na medicina, nas forças militares e militarizadas; 70% dos quadros superiores são mulheres e 77,8% dos quadros médios também são mulheres. Porém, a desigualdade persiste, continua activamente em vários aspectos, fazendo periclitir o estatuto da mulher.



Em nossa opinião, as desigualdades estão de novo a minar o estatuto da mulher no seu âmago. Não ignoramos as desigualdades salariais. Por exemplo, a remuneração feminina relativamente à masculina, naquelas mesmas categorias, ronda os 71% e 83,6%, respectivamente. As mulheres ganham em média 77% da remuneração dos homens (para trabalho de valor igual).

Persistem, pois, as desigualdades de género. Desigualdades que se traduzem ainda na sub-representação das mulheres nos centros de decisão, não só na decisão política, mas também nos impasses para ascender ao topo das carreiras. Vejam-se estes simples números: sendo de 58,8% a taxa de feminização dos especialistas das profissões técnicas e científicas, no que se refere aos quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresa, apenas 29,4% são mulheres.



Raízes económicas

O discurso do “politicamente correcto”, institucional ou não, insiste em atribuir as dificuldades de progressão da carreira da mulher às questões relacionadas com as responsabilidades familiares e às dificuldades de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, porque continua a ser ela a ter a responsabilização maior nas tarefas domésticas e de ocupação com os filhos.

Insiste, também, que tudo se resolveria com a maior responsabilização do homem por tais tarefas. Ainda que a partilha seja indispensável, creio que, numa perspectiva feminista, é preciso não abdicar de uma visão multidimensional, relacional e global da vida.

Não serão também as condições económicas que empurram e obrigam a que as mulheres percam tanto tempo com as tarefas domésticas e tenham maiores dificuldades em conciliar trabalho e família? Não será, também, a instabilidade no emprego e a precariedade na carreira, acrescida de uma precariedade económica, que empurra mesmo as mulheres – porque, em regra, têm o mais baixo salário na família, em termos absolutos – para abdicar dos “prémios” do trabalho quando é preciso tratar dos filhos?

As desigualdades de género têm raízes económicas, que importa trazer à superfície, nesta questão das carreiras. ▶

Ignorância e preconceito

Maria José Gonçalves,
Área Sindical de Amarante

Anda um episódio gravado na minha memória desde os tempos em que frequentava o último ano do Curso Liceal e que se passou numa aula de Moral.

O cónego, meu professor, iniciou o tema sobre o princípio do Ser/Homem/Mulher. Acontecia que, desde os tempos da catequese, a explicação de que Eva nasceu da costela de Adão me levantava existenciais dúvidas. E eis que, quando o cónego perguntou se algum de nós queria dizer algo sobre o assunto, levantei a mão oferecendo-me para falar.

Questionei essa explicação e usei os meus poucos conhecimentos de Darwin e a sua teoria sobre a Origem das Espécies. Furibundo o meu cónego/professor inquiriu sobre a fonte daquelas ideias subversivas que eu estava a propagar, qual praga, a todos os meus colegas de turma. Perante o espanto de todos, expulsou-me da aula, enviando-me ao reitor.

O incidente não teve o fim punitivo que o senhor cónego ansiava. O reitor, homem culto, atento e sensível, entendeu que eu não merecia qualquer castigo e mandou-me em paz à minha vida. Ao pensar escrever umas linhas sobre a celebração de mais um Dia Internacional da Mulher lembrei-me deste acontecimento. Não sou fundamentalista na comemoração de “Dias X” e, neste específico caso, tenho em mim que Ser Mulher é uma condição natural de Ser. Sem dúvida que tem sido, ao longo dos séculos, um Ser de Segunda: segunda na família, segunda na sociedade, segunda na política, segunda na religião... As exceções confirmam a regra.

A tal “costela” da qual teve origem – segundo alguns – agarrou-a a este ferrete de subalternização impiedosa a que tem sido votada. É certo, contudo, que mais numas sociedades do que noutras.

No ano em que, na História do nosso país, ficou registada a vitória do “Sim” no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, é momento para celebrar um passo para libertar a mulher de mais um grillhão imposto por uma mentalidade castradora, ignorante e/ou preconceituosa.

Acredito que as mulheres portuguesas saberão defender o espaço que é seu por direito universal e resistirão aos ataques que, sub-repticiamente ou não, lhes são dirigidos em muitos quadrantes.

Acredito, particularmente, que as professoras portuguesas vão ser firmes na luta que travam, lado a lado com os professores, pela defesa da dignificação da sua profissão e da Escola Pública.

Acredito que, de entre estas mulheres, surgirão líderes que não deixarão em mãos alheias a defesa lúcida, inequívoca e intransigente da qualidade do ensino e do exercício da nossa profissão.

Sonho por um amanhã em que não será preciso celebrar dias especiais, porque todo o dia será de tudo e de todos. Sonho que o mundo terá outro rosto, mais humano, mais justo, mais materno, e que a minha Pátria será Mãria, enfim e também. ▀



Ana Alvim



Adriano Rangel

Ser Mulher é viver (n)o arco-íris

Ser Mulher é viver (n)o atalho entre o Céu e a Terra, entre a Vida que constrói e a Existência que lhe é permitida.

É aceitar cada desafio como uma nova possibilidade de desenvolvimento e receber cada obstáculo como uma etapa para seguir em frente.

É ser capaz de ouvir os silêncios e de olhar no escuro, onde os outros se escondem.

É sentir com o olhar e retribuir com uma palavra.

É espalhar o sorriso e recolher as lágrimas.

É compreender palavras imperceptíveis das crianças e poder receber o abraço que só elas podem dar.

É olhar em volta e encontrar nos olhos dos outros algumas gotas de água que possam reflectir o brilho da vida.

Ser Mulher é viver pintando os espaços e os tempos que percorre, seleccionando as cores do arco-íris.

Um feixe de luz do Sol encontra as gotas de chuva e, em cada gota, um conjunto de fenómenos resulta num espectáculo deslumbrante que parece sempre único a quem observa... ▸

Anabela Sousa,

Área Sindical do Porto

Longe dos lugares de topo

Susana Moura,
Área Sindical de Penafiel

Quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, com flores, sorrisos, elogios, homenagens, debates, é um bom momento para reflectir sobre o que ainda existe de desigualdade.

Lamentavelmente, as mulheres ainda são muitas vezes tratadas de forma diferenciada.

Geralmente, o que a maioria das pessoas fazem é considerar a igualdade entre os sexos como um direito adquirido, que mulheres e homens têm igual acesso à educação, ao mercado de trabalho e à participação na vida cívica e política. Mas esquecem que muitas mulheres enfrentam dificuldades específicas: os cuidados com as crianças, os idosos, etc., são responsabilidades que recaem predominantemente sobre elas, devido à ausência de igualdade e à distribuição desequilibrada do trabalho não remunerado entre mulheres e homens.

Um dos domínios mais críticos na situação portuguesa, em termos de igualdade de género, prende-se com as esferas do poder e da tomada de decisão. Aqui, as mulheres continuam de facto minoritárias e, não obstante alguns progressos registados, a participação em termos igualitários está longe de ser atingida. As mulheres têm estado quase sempre afastadas dos cargos mais elevados da hierarquia política.

Apesar de existirem cada vez mais mulheres na vida política e em cargos de direcção, a desproporção é brutal. Podemos constatar que a maioria dos lugares da Assembleia da República são ocupados por homens, o Presidente da República foi sempre um homem, o cargo de primeiro-ministro só uma vez foi ocupado por uma mulher, e até hoje nenhuma foi presidente de um governo regional.

Estes exemplos servem para percebermos o quanto as mulheres continuam afastadas dos lugares de topo, quando mais de metade da população portuguesa é feminina – 51,6%, segundo o Instituto Nacional de Estatística (censos de 2001).

A igualdade de direitos e de oportunidades entre mulheres e homens é um princípio a ser incessantemente defendido e promovido. Para alcançar essa igualdade, e para um desenvolvimento mais equilibrado e harmonioso da sociedade, é determinante que mulheres e homens participem na vida pública e na vida política. E para haver essa participação paritária, é decisiva uma maior partilha de responsabilidades – na família, no mundo do trabalho e na vida pública. ▸



Ana Alvim

Participação das mulheres no poder continua reduzida

O despertar para os direitos de cidadania, que se observaram ao longo dos séculos XIX e XX, conduziu à imersão de um modelo social que sufocava a mulher, através das pesadas marcas de diferenciação social. Penso que essas marcas se traduziram numa imagem de elevada fragilidade a nível da participação e do desempenho social e político.

As representações sobre a mulher veiculam, ainda hoje, o seu compromisso familiar de forma abnegada, a abdicação de si e das suas capacidades para o exercício de funções de carácter político. A combinação sacrificada da actividade profissional com a de mãe, de esposa, de dona de casa, resulta numa sobrecarga de trabalho, visível, tantas vezes, no desinvestimento profissional e na resignação pela categoria em que se encontra. Estas circunstâncias dissimulam as verdadeiras razões da diferença de oportunidades entre mulheres e homens no acesso aos cargos de poder.

Entendo que essas imagens socialmente edificadas podem ser diversas e podem transformar-se ou até divergir, mas elas estão sempre ligadas às questões do poder. As representações sobre as mulheres e as margens de liberdade controlada, forjadas em anos e anos de história, foram construídas no interior das relações de poder, e os significados que cada um, ou o colectivo, tem, expressam sempre essas relações. E são estas construções colectivas que têm adiado a integração social da mulher como cidadã de pleno direito.

A nível mundial, a participação das mulheres na vida política e na assunção de cargos de poder, em instituições de natureza diversa, continua a ser reduzida ou até inexistente. Posso, no entanto, mencionar um conjunto de exemplos nacionais e estrangeiros de mulheres que exerceram ou exercem com dignidade e valor cargos de liderança, como é o caso de Irene Lisboa, Lurdes Pintasilgo, Leonor Beza, Angela Merkel (chanceler alemã), Ségolène Royal (candidata socialista à presidência francesa)...

Mesmo não existindo dados que comprovem a relevância da acção destas mulheres na alteração e valorização da condição feminina, a sua caminhada e exemplo configuram-se, para outras mulheres, como fundações e novas oportunidades, contribuindo para a modificação da imagem da política e das mulheres em geral.

E apesar de ser um percurso a realizar paulatinamente, na vida das organizações surgem sempre boas oportunidades para contrariar o estabelecido e comumente aceite. Importaria que todas as mulheres soubessem aceitar esses desafios, assumindo-os como momentos de transformação da vida colectiva. ▶

Cristina Mesquita Pires,
Área Sindical de Bragança





Ilustração Pedro Lino / IE

Ao redor do fogo

Os primeiros anos da minha vida passei-os junto ao fogão da cozinha da minha mãe e da minha avó, vendo como estas sábias mulheres, ao entrarem no recinto sagrado da cozinha, se convertiam em sacerdotisas, grandes alquimistas que brincavam com a água, o ar, o fogo e a terra, os quatro elementos que constituem a razão de ser do universo. O mais surpreendente é que o faziam com a maior das humildades, como se não estivessem a fazer nada de mais, como se não estivessem a transformar o mundo através do poder purificador do fogo, como se não soubessem que os alimentos que preparavam e nós comíamos permaneciam dentro dos nossos corpos por muitas horas, alterando quimicamente o nosso organismo, nutrindo-nos a alma e o espírito, dando-nos uma identidade, uma língua, uma pátria.

Foi aí, junto ao fogão, que recebi da minha mãe as primeiras lições de vida. Foi aí que a Saturnina, uma criada recém-chegada do campo, a quem carinhosamente chamávamos Sato, me impediu um dia de pisar um grão de milho caído no chão, porque nele habitava o Deus do Milho e não se lhe podia faltar ao respeito. Foi aí, no lugar mais comum para receber as visitas, que me inteirei do que se passava no mundo. Foi aí que a minha mãe teve longas conversas com a minha avó, com as minhas tias e, de vez em quando, com algum parente já morto. Foi aí, portanto, que, presa ao poder hipnótico das chamas, escutei todo o tipo de histórias, mas sobretudo histórias de mulheres. +

Mais tarde tive de sair, de me afastar completamente da cozinha. Tinha de estudar, de me preparar para o meu futuro papel na sociedade. A escola estava cheia de conhecimentos e surpresas. Para começar, fiquei a saber que dois mais dois são quatro, que nem os mortos nem as pedras nem as plantas falam, que não existem fantasmas, que o Deus do Milho e todos os outros deuses pertencem ao pensamento mágico e primitivo do ser humano, o qual não tem cabimento num mundo racional, científico e moderno. Safa! Quanta coisa eu aprendi! Nessa época, sentia-me muito superior às pobres mulheres que passavam a vida fechadas na cozinha. Tinha muita pena de que ninguém se tivesse dado ao trabalho de lhes dizer, entre outras coisas, que o Deus do Milho não existia. Acreditava que nos livros e nas universidades estava contida toda a verdade do universo.

Com o diploma numa mão e a semente da revolução na outra, o mundo abria-se diante de mim. O mundo público, bem entendido, um mundo completamente alheado do lar. Muitas de nós participámos nos anos sessenta na consolidação da luta que outras mulheres já tinham iniciado nos princípios do século. Sentíamos que as urgentes mudanças sociais tão necessárias nesse momento iriam dar-se fora de casa. Todas nós tínhamos de militar, sair, lutar. Não havia tempo a perder, e muito menos na cozinha. Lugar por demais desvalorizado, a par das restantes actividades domésticas, que eram vistas como actos triviais do quotidiano, actos sem qualquer transcendência, que só obstruíam a busca do conhecimento, o reconhecimento público e a realização pessoal.

Assim, nós, as mulheres, não pensámos duas vezes antes de abandonarmos o nosso mundo íntimo e privado e participarmos activamente na vida pública, com o louvável propósito de concretizarmos importantes mudanças sociais que culminariam na aparição do “Novo Homem”. Ao lado dos homens, ocupámos as ruas e distribuímos umas vezes flores e outras panfletos. Por todos os lados ecoavam as nossas canções de protesto, vestíamos calças e atirávamos os *soutiens* pela janela.

Enquanto tudo isto se passava e surgia o novo homem, uma explosão de amor fez-me casar com um homem extraordinário e ter uma filha maravilhosa... Aos quais tinha de alimentar. Não por obrigação, mas por amor. Porém, voltar para a cozinha não foi nada fácil.

Queria que a minha filha conhecesse o seu passado comendo o mesmo que eu tinha comido na infância. O pior é que já não me lembrava das receitas familiares. A princípio telefonava à minha mãe, mas um dia, aborrecida com a minha falta de memória, tentei recordar uma receita por mim mesma e foi assim que descobri que, efectivamente, tal como tinha descoberto na infância, era possível ouvir vozes na cozinha. E, então, ouvi com toda a clareza a minha mãe a ditar-me a receita passo a passo. Depois, já com um pouco mais de prática, pude ouvir a voz da minha avó já falecida que me dizia como preparar este ou aquele prato. E descobri que, enquanto fazia a comida, me dava realmente muito prazer contar à minha filha as mesmas histórias que eu tinha ouvido contar ao redor do fogão. E que era mais seguro curá-la com as tisanas da minha mãe do que com os remédios da farmácia.

Pouco a pouco, a minha integração na cozinha e no meu passado foi-se consolidando, de tal maneira que chegou o dia em que me surpreendi a não deixar a Sandra pisar um grão de milho, porque lá dentro estava o Deus do Milho. E a ouvir-me dizer-lhe que todo o molho que se preze tem de ser feito no almofariz e não na batedeira eléctrica, porque perde o sabor. Não importa o tempo que possa levar, pois na cozinha não há tempo perdido: melhor dizendo, na cozinha recupera-se o tempo perdido. Mas logo percebi, aterrorizada, que a minha filha não estava a prestar atenção. Tinha os olhos pregados nas caricaturas. Substituíam o poder hipnótico do fogo pelo poder da televisão e a memória tribal pelos anúncios. Foi tal o meu espanto que perdi a fala! E milhares de perguntas tiraram-me o sono.

O que se tinha passado? Onde é que eu tinha errado? Que sociedade tínhamos nós criado? O que tínhamos ganho nós, as mulheres, com a nossa saída do lar? A conquista de direitos que nos assistiam, o reconhecimento da nossa actividade intelectual e um lugar no tal mundo público. Sim! Mas tive de aceitar, com grande tristeza minha, que nenhuma das revoluções em que tínhamos participado tinha conseguido criar um sistema propício à aparição do “Novo Homem”. É que ele não pode surgir de uma sociedade em desequilíbrio, de uma sociedade orientada unicamente para a produção e para o consumo, de uma sociedade que não satisfaz em igual medida as necessidades materiais e espirituais do ser humano.



Adriano Rangel

É urgente uma nova mudança. É necessário ajustar a nossa escala de valores e modificar as sociedades onde os interesses económicos levados ao extremo produzem, irracionalmente, não só objectos de consumo, mas também armas de guerra. Sociedades às quais não importa a destruição do planeta e do ser humano, desde que com isso obtenham lucro material, e isto não pode continuar assim.

Está iminente a chegada de uma nova revolução e penso que desta vez ela não vai dar-se de fora para dentro, mas no sentido inverso. Desta vez consistirá na recuperação dos nossos ritos, das nossas cerimónias, no estabelecimento de uma nova relação com a Terra, com o universo, com o sagrado. E tudo isto só é possível nos espaços íntimos. É aí, ao redor do fogo, que surgirá o “Novo Homem”, resultado de um trabalho a dois.



Adriano Rangel

Será um ser que dá tanto valor à produção como à reprodução, à razão como à emoção, ao íntimo como ao público, ao material como ao espiritual. Será um ser equilibrado, que propiciará o aparecimento de sociedades em equilíbrio. Um ser que compreenderá claramente que a realização pessoal não deve estar ligada unicamente ao reconhecimento público e à retribuição económica. Um ser que questionará a sua participação activa na sociedade, perguntando-se se deve trabalhar numa fábrica que está a contaminar o ambiente, mesmo que lhe paguem muito bem por esse trabalho. Um ser que, como resposta, procurará outras formas de produzir e obter lucros económicos. Um ser que valorizará os pequenos actos realizados na intimidade, reconhecendo-lhes a sua verdadeira dimensão e transcendência, porque entenderá que são actos que contribuem para modificar a sociedade tanto quanto os que se realizam em público, actos que elevam a nossa condição humana e nos permitem entrar em comunhão com o nosso passado, para saber de onde vimos e para onde devemos ir.

E de novo quis percorrer uma vez mais o caminho já andado, não só para fazer o balanço dos grandes lucros conseguidos, mas também para resgatar as coisas essenciais que nós, as mulheres, tínhamos deixado pelo caminho. Partilhar com o mundo inteiro as minhas dúvidas e a minha experiência culinária, amorosa, cósmica... E então escrevi *Como Água Para Chocolate*, que não é senão o reflexo de tudo aquilo que sou como mulher, como esposa, como mãe e como filha.

Nesta sequência, e por falar de seres em equilíbrio, é necessário mencionar um ser muito importante na minha vida e a quem também devo aquilo que sou: o meu pai. Com ele aprendi o riso, a ternura, o prazer do jogo e da criação, a independência, a generosidade. O amor e o respeito que sinto por ele permitiram-me estabelecer uma boa relação com o mundo masculino e é graças à sua maravilhosa imagem que na minha obra existe um equilíbrio entre o masculino e o feminino. Terão de me perdoar o atrevimento, mas penso que nós, as mulheres, temos realmente muita sorte por os homens existirem no mundo! Os deuses são sábios e, se os criaram, por alguma razão foi. Pela mesma razão que criaram o sol e a lua. A luz e a escuridão. O condor e a serpente. Para serem o nosso complemento ideal, graças ao qual podemos alcançar a glória.

Na minha vida, esta união amorosa, passional e intensa entre o masculino e o feminino deu fruto: um livro e um filme que encerram o meu passado familiar, a minha consciência nacional, as minhas obsessões, os meus temores, as minhas esperanças e, acima de tudo, a minha crença no amor a dois. Um amor que agora é público e circula pelos cinemas e pelas livrarias do mundo inteiro e que me granjeou múltiplas manifestações de reconhecimento público.

Reconhecimento esse que sinto o dever de partilhar com a minha mãe, a minha filha, a minha avó, as minhas irmãs, a Sato, a Tita e todas as mulheres antes e depois delas que, dia após dia, ano após ano, nos puseram em contacto com a nossa verdadeira origem. Quero partilhá-lo também com todas aquelas mulheres que não se esqueceram de que as pedras falam e de que a Terra é um ser vivo e que convertem cada acto quotidiano numa cerimónia de união com o universo ao longo dos doze intensos e masculinos meses solares e ao longo das treze mágicas e femininas luas em cada ano das suas vidas, sem que ninguém lhes tenha dado nunca o reconhecimento devido. ▶

Laura Esquivel

(extraído de “Íntimas Suculências”, Edições Asa, Março/2000)

LAURA ESQUIVEL nasceu na Cidade do México, a 30 de Setembro de 1950. Começou por ser professora e escreveu obras de teatro para a infância. Revela-se primeiro como guionista de cinema com “Guido Guán” e “Tacos de Oro” (1985), este último nomeado pela Academia de Ciências e Artes Cinematográficas para o Prémio Ariel. Até que, ao publicar o seu primeiro romance (“Como Água para Chocolate”), obteve um clamoroso êxito internacional. O livro está traduzido em 35 línguas, foi adaptado ao cinema e vendeu mais de 3,6 milhões de exemplares – o que lhe valeu o American Booksellers of the Year (1994), pela primeira vez atribuído a um escritor estrangeiro [informação promocional das Edições ASA].



www.elconfidencial.com

Contrato de trabalho a termo resolutivo

No dia 15 de Fevereiro, foi publicado o Decreto-Lei n.º 35/2007 que consagra a possibilidade de outras formas de contratação para o exercício de funções docentes ou de formação, no âmbito dos estabelecimentos de educação ou de ensino, para além das referidas no Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro.

Assim, para assegurar necessidades temporárias de serviço docente e de formação em áreas técnicas específicas, as escolas podem celebrar contratos de trabalho a termo resolutivo com pessoal docente. Para esse efeito, são consideradas necessidades temporárias:

- as que sobrevenham na sequência de colocações das necessidades residuais, após o termo do primeiro período lectivo;
- as actividades de leccionação, por técnicos especializados, nas disciplinas das áreas profissionais, tecnológicas, vocacionais ou artísticas;
- o desenvolvimento de projectos de enriquecimento curricular ou de combate ao insucesso escolar.

A publicitação da oferta de trabalho inclui, obrigatoriamente, os critérios de selecção adoptados pela escola, os requisitos de admissão, o prazo de duração do contrato, as funções a desempenhar e o local de trabalho.

A celebração do contrato é precedida de um processo de selecção com critérios objectivos fixados pelo órgão de direcção da escola, colhido o parecer vinculativo do conselho pedagógico.

O período mínimo de duração do contrato é de 30 dias, e os horários disponíveis não podem exceder metade dos tempos lectivos que compõem um horário completo, à excepção da prestação de actividade lectiva na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico, substituição de docente titular de vaga ou horário e desenvolvimento de projectos especiais.

Aos contratos de trabalho a termo resolutivo aplica-se o regime do Código de Trabalho. Os docentes com este tipo de contrato regem-se por esta legislação em termos de férias, faltas e licenças, e não pela legislação específica da Administração Pública.

O Decreto-Lei n.º 35/2007 altera, ainda, o artigo 33º do Estatuto da Carreira Docente, extinguindo o contrato administrativo de provimento e mantendo o contrato administrativo de serviço docente apenas na situação de satisfação das necessidades residuais que sobrevenham até ao final do primeiro período lectivo. ▶

FEVEREIRO 2007

- 10. Reunião da Plataforma Sindical, Lisboa
- 12. Reunião Fenprof/Ministério da Educação sobre a regulamentação do ECD (concurso a professor titular)
- 12. Reunião Fenprof/Ministério do Trabalho sobre as IPSS
- 21. Reunião dos Corpos Gerentes do SPN, Porto
- 27. Assembleia Geral de Sócios para aprovação das alterações aos Estatutos do SPN
- 27. Reunião do Departamento de Informação da Fenprof, Lisboa

MARÇO 2007

- 01. Reunião da Fenprof/ANESPO (Associação Nacional do Ensino Profissional)
- 02. *Jornada Nacional de Luta Convergente*, com manifestação nacional da CGTP, Lisboa
- 06. Comissão Executiva do SPN, Porto
- 07. Reunião da Plataforma de Sindicatos, Lisboa
- 07. Reunião da Fenprof/CNIS (Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social)
- 08. Conferência de Imprensa da Fenprof, Lisboa
- 08. Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa
- 09. Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa
- 14. Conferência de Imprensa do SPN sobre questões da rede escolar e AEC, Porto

índice de legislação · fevereiro

I Série

05. Portaria 168/07

Estabelece normas de execução necessárias à aplicação do Decreto-Lei n.º 117/06, de 20 de Junho (define regras aplicáveis às situações de transição do regime de protecção social dos funcionários e agentes da Administração Pública para o regime geral dos trabalhadores por conta de outrem).

06. Portaria 171/07

Estabelece os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelas cooperativas do Ensino Especial para efeitos de atribuição do subsídio e da determinação das compensações financeiras aos estabelecimentos sem fins lucrativos, para o exercício da acção educativa.

06. Portaria 172/07

Estabelece os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos

com fins lucrativos, habitualmente designados por colégios, tutelados pelo Ministério da Educação, para efeitos de atribuição do subsídio e da determinação das participações financeiras para o exercício da acção educativa.

09. Portaria 184/07

Actualiza a Portaria n.º 353/06, de 10 de Abril, que estabelece os apoios financeiros a vigorar durante 2006-2007 nas associações e cooperativas de Ensino Especial.

09. Portaria 185/07

Actualiza a Portaria n.º 344/06, de 10 de Abril, que estabelece os apoios financeiros a vigorar em 2006-2007 nas escolas particulares de Educação Especial.

15. Decreto-Lei 35/07

Estabelece o regime jurídico de vinculação do pessoal da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário para o exercício de funções docentes ou de formação em áreas técnicas específicas no âmbito

dos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior.

21. Decreto-Lei 41/07

Cria o parque escolar da Educação Pré-Escolar e aprova os respectivos estatutos.

22. Decreto-Lei 43/07

Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na Educação Pré-Escolar e nos ensinos Básico e Secundário.

23. Portaria 216/07

Altera o total de horas da disciplina "Desenho de Comunicação" da componente de formação técnica.

II Série

09. Despacho 2.143/07

Cria o Programa de Formação em Ensino Experimental das Ciências para professores do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Fui pai e marido alguns dias

Abro os olhos, acordei e reconheço o candeeiro do tecto, estou no meu quarto e na minha cama, a minha mulher já se veste para mais um dia de trabalho. Hoje não trabalho (pausa de Carnaval), dou meia volta, ou melhor, tento dar, mas não o consigo, pois sobre o meu braço direito está o meu filho. Acordou e veio para junto de mim. Tento então esticar a perna esquerda, mas também não consigo. Deste lado está o nosso cão, também acordou e subiu para a cama. Assim fico mais uns minutos.

A minha mulher sai, hoje sou eu que faço o pequeno-almoço para o nosso filho e o acompanho nessa refeição. Sou eu que escolho a roupa que vestirá. Sou eu que preparo a ração do Lobo, assim se chama o cão. Mais tarde, passeamos em família, visito os meus pais, brinco com o meu filho e ajudo-o nos estudos.

Num dia de trabalho nunca poderia fazer tudo isto, mas faria algumas coisas. Porém, eu não faço nenhuma delas – sou professor, colocado a 500 km de casa, e o meu dia-a-dia é assim...

Acordo e não reconheço o candeeiro como meu. É de uma casa alugada, sobre uma cama alugada, tudo alugado... Nada é meu, a não ser as despesas-extra!

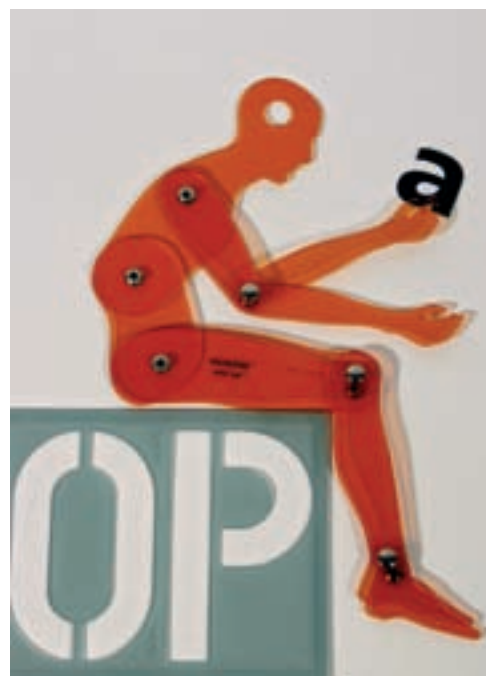
Estou sozinho na cama, nem mulher, filho ou cão. Apenas eu! Lá longe, na minha casa de verdade, a minha mulher desperta, acorda o miúdo, prepara as indumentárias. Confecciona o pequeno-almoço, o lanche para a escola e a ração do cão. Deixa o miúdo na escola e parte para o seu emprego. Regressará à noite e fará tudo sozinha novamente.

Eu? Longe, apenas cuido de mim... Desculpa-me, Carla! Gostava muito de estar aí e ajudar-te; estaria mais cansado, mas também mais feliz.

Escrevo os meus desabafos somente este ano, mas esta vida já acontece há cinco anos e não se adivinham melhorias para os próximos.

Sérgio P. M. Geraldés,
sócio SPN nº 28.924

Tentei mudar a família, mas não o tenho conseguido. Foi uma espécie de ensaio falhado à tão falada *flexigurança*. ▶



Ainda correm esgotos nas escolas



Setenta crianças conviveram durante algum tempo com um esgoto a céu aberto que fazia já parte da sua rotina diária. Saíam para o recreio e partilhavam brincadeiras com o esgoto. Até que alguém se fartou e chamou o delegado de saúde, que afirmou, referindo-se ao jardim-de-infância: “Toda a gente reconhece que tem poucas condições”...

Esta situação torna-se tão mais chocante por sabermos que este é um estabelecimento de educação situado no centro de uma vila... Que funciona *provisoriamente*, vai para 30 anos, em três pré-fabricados que já adquiriram um aspecto degradante. Em jeito de resposta, a autarquia alega que o novo edifício se enquadra no já aprovado Centro Escolar de Vila Verde, consagrado da Carta Educativa do concelho.

Perguntamos: Era necessário chegar a este ponto? Quantos mais esgotos a céu aberto existirão por aí fora, expondo as crianças, os profissionais da educação e outros a focos de doença? Era necessário esperar pela elaboração de uma Carta Educativa para se encontrar uma solução? Afinal, quando será a educação entendida efectivamente como uma prioridade? ▶

Júlia Vale,
Direcção do SPN

Os objectivos dos sucessivos ataques ao profissionalismo docente foram desmontados no Fórum “*Administração Pública, Património do País*”, realizado pela Frente Comum. O Sindicato dos Professores do Norte esteve representado neste encontro, que juntou activistas, dirigentes sindicais e diversos convidados (economistas, investigadores universitários, autarcas, técnicos e outros especialistas), que denunciaram o desrespeito pela Constituição em matéria de administração pública e das funções sociais do Estado.

Fórum da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública

Constituição não pode ser letra morta

Como foi sublinhado num dos painéis do encontro, que decorreu no dia 22 de Fevereiro, em Lisboa, o Ministério da Educação (ME) aposta deliberadamente na desqualificação e descaracterização da identidade profissional dos educadores e professores, “impondo-lhes um estatuto de carreira centrado no controlo administrativo e burocrático das funções docentes” e menorizando a importância social da profissão docente. Esta situação “tenderá a agravar-se com a progressiva desresponsabilização do Estado face ao sistema público de ensino, de que é exemplo a tentativa de transferir esta responsabilidade para a administração local”.

“A situação do corpo docente é permanentemente posta em causa por medidas que introduzem novos focos de instabilidade profissional e de precariedade laboral”, destacou Francisco Almeida, representante da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que apontou exemplos concretos da política desestabilizadora do ME e alertou para o encerramento de estabelecimentos de ensino. Este matéria foi, também, assinalada no documento central do Fórum, que denuncia:

“O encerramento, em 2006, de mais de 1.500 escolas do 1º Ciclo e o fecho, já anunciado para 2007, de mais 900, com especial incidência nas regiões do interior, é uma medida política de discriminação das crianças e famílias que vivem e trabalham em zonas que sucessivos governos têm votado ao abandono. O encerramento de milhares de escolas agrava as condições de acesso à educação, particularmente dos que têm menos recursos ou vivem longe dos centros urbanos”.



Ofensiva atinge diversos sectores

Ao longo do debate, realizado em plenário e em painéis, foram caracterizadas as principais linhas da ofensiva em curso contra o vínculo de emprego público, a negociação e a contratação colectiva e, também, as grandes operações que têm como alvos fundamentais o Poder Local, a Saúde, a Educação, a Segurança Social, os sectores públicos da Energia, dos Transportes e Comunicações, e ainda as áreas da Justiça, Segurança e Defesa.

Lembrando que os efeitos do ataque neoliberal à Administração Pública acabam por penalizar todos os trabalhadores, todos os utentes dos serviços públicos e a população em geral, o Fórum da Frente Comum sublinhou que “cada vez mais é necessária a luta dos trabalhadores e das populações em defesa dos seus direitos e de uma Administração Pública moderna e eficaz, que esteja de facto ao serviço dos cidadãos”.

Na linha de uma actuação responsável, que inclui a elaboração e divulgação de propostas objectivas para a modernização da Administração Pública, a Frente Comum dos sindicatos do sector exige o respeito pela Constituição da República, “o que implica a interrupção dos processos privatizadores e a reposição das condições que garantam o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e às funções sociais do Estado”. ▀

José Paulo Oliveira,
jornalista



Adriano Rangel

Boneca esfarrapada

Laura, nome fictício, tinha 11 anos quando perguntou a uma amiga se o pai dela também a beijava na boca. Foi assim que descobriu que as carícias, os beijos e o visionamento de filmes pornográficos com o seu pai não eram uma rotina quotidiana na vida de uma menina. Laura sofria abusos sexuais desde os 7 anos, e o agressor fez-lhe crer que deviam partilhar esse segredo.

O caso de Laura revela o perfil comum das vítimas, mais frequentemente raparigas entre 6 e 12 anos. Normalmente, o agressor aproveita-se de menores com pouca capacidade para resistir ou denunciá-lo, caso de crianças que ainda não falam, que padecem de algum atraso no desenvolvimento ou de deficiência mental, afirmou Enrique Echeburúa, que leva 25 anos a investigar e a tratar directamente vítimas e agressores.

Outras situações de risco são as dos menores vítimas de maus tratos em famílias desestruturadas, que carecem de afecto familiar e que, de repente, se sentem atraídos pela atenção que lhes dedica o agressor.

O abuso realiza-se na intimidade, sem testemunhas, e na maioria dos casos é provocado por familiares ou pessoas relacionadas com a vítima. Estas características do delito permitem ao abusador prolongar o seu comportamento no tempo. O pai de Laura aproveitava os momentos de ausência da mãe; quando ela saía, começava o pesadelo da menina. Como a maioria dos menores que sofreram abusos sexuais, Laura tinha medo e sentia-se culpada e envergonhada. E quando descobriu que o comportamento do progenitor não era normal, pensou que estava a trair a sua mãe.

As crianças ficam paralisadas por estes sentimentos, produzindo-se uma mudança brusca de comportamento. Segundo Echeburúa, as vítimas podem manifestar perda de apetite, medo de estar só (ou dos homens), rejeição repetida do pai ou da mãe, resistência a despir-se e a tomar banho e, inclusivamente, autolesionar-se ou tentar o suicídio.

Como reagem as vítimas

Ainda segundo Enrique Echeburúa, as raparigas tendem a apresentar reacções ansiosas-depressivas (Laura caiu em depressão aos 14 anos), enquanto os rapazes registam insucesso escolar, dificuldades de socialização, comportamentos sexuais agressivos ou consumo de álcool e drogas.

Quando adultos, os rapazes que sofreram abusos sexuais podem converter-se, eles próprios, em abusadores. Deste modo, em 25% dos casos, a agressão sexual converte-se num círculo vicioso.

“O equilíbrio emocional do menor e o trauma da revelação são determinantes para a recuperação”, afirma o psicólogo clínico. É possível apagar as sequelas em 90% das vítimas que recebem tratamento psicológico adequado, mas o momento em que a criança conta o que lhe está a acontecer é determinante. Echeburúa constatou que “quando a criança revela o abuso, se os pais não acreditam, pelo que o delito supõe – famílias destruídas ou prisão de um familiar –, a vítima acaba por se sentir como uma boneca esfarrapada. Há oito anos que Laura sofria abusos sexuais, quando denunciou o pai. A mãe não soube enfrentar o problema, e ela abandonou o lar com 15 anos, desacreditada pela maior parte da família e com duas tentativas de suicídio no seu historial clínico. Dez anos depois, após receber tratamento psicológico, tenta recompor os pedaços da sua vida para esquecer a sensação de ser uma “muñeca rota”. ▀

A cidade de Valência (Espanha) acolheu, nos dois primeiros dias de Março, o Fórum Infância e Violência, promovido pelo Centro Rainha Sofia para o Estudo da Violência. Este texto é uma adaptação livre de “Muñeca rota”, relato de Yasmina Jiménez publicado na edição digital de “El Mundo” (www.elmundo.es). O citado Enrique Echeburúa é psicólogo clínico e catedrático da Universidade do País Basco e participou numa mesa-redonda sobre maus tratos físicos e negligência.



Téada



Pepe Vaamonde

Intercéltico do Porto está de regresso

Depois de em 2006 não se ter realizado, por diferendo que opôs os organizadores (Discantus) à autarquia, o Festival Intercéltico do Porto regressa este ano, em 16ª edição, a um espaço de referência da cidade – o renovado Cinema Batalha, que sobrevive à inércia da Associação de Comerciantes do Porto (a quem foi outorgada a sua exploração) por iniciativa de uns quantos espaços de animação/restauração.

Abrem o programa, no dia 27 de Abril, os portugueses Lúmen, uma jovem banda portuense que tem recebido os aplausos da crítica da especialidade, por conjugar inovação e tradição. Com um CD já gravado («Fogo Dançante»), prometem alegria e força no arranque do Intercéltico.

Seguem-se os irlandeses Téada, um quarteto com sólida formação musical e com uma fórmula muito própria de interpretar a música do seu país. Cantando no idioma tradicional da ilha, preservam a energia característica dos *reels* e *jigs*, apesar de utilizarem um original leque de instrumentos.

A segunda noite começa com outra formação nacional (Mu), constituída por músicos oriundos de vários grupos e que trabalham os 'sons do mundo' a partir de instrumentos tradicionais (didgeridoo, tabla, violino, acordeão) e de outros que nem por isso – máquina de escrever, por exemplo...

A encerrar o festival, estará em palco o projecto galego Pepe Vaamonde Grupo, que desde 2001 se tem vindo a distinguir pela sua originalidade. Fazendo uma leitura muito própria das tradições musicais galegas, este colectivo – organizado em torno do gaitero Vaamonde – é reconhecido pela força das suas contagiantes actuações ao vivo.

Paralelamente aos concertos no Batalha, e a exemplo de edições anteriores, o Intercéltico rompe as fronteiras da Invicta – este ano, com dois concertos em Arcos de Valdevez. No dia 27, estará em palco a Brigada Victor Jara (a comemorar 30 anos de carreira), uma banda de referência na abordagem à música tradicional portuguesa. No dia seguinte, a fechar as Noites Intercélticas, estarão em palco os já referidos Téada. ▶

16º Festival Intercéltico do Porto

Cinema Batalha
27-28/Abril, 21h30

Noites Intercélticas de Arcos de Valdevez

Casa das Artes
27-28/Abril, 22h



CGTP promove concurso de "Conto e Poesia"

Tema. A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) propõe a produção de textos que privilegiem os direitos humanos, a cultura, o trabalho, a sociedade, o homem e a mulher trabalhadores.

Prémios. O prémio pecuniário tem o mesmo valor para ambas as modalidades (750€), sendo complementado com 5 noites para 2 pessoas, em regime de meia pensão, no INATEL de Albufeira (conto) e 5 noites para 2 pessoas, em regime de alojamento e pequeno-almoço, no INATEL de Piódão (poesia). O júri reserva-se o direito de não atribuir algum dos prémios.

Calendário. O prazo de entrega dos trabalhos termina a 27 de Abril, devendo ser entregues em mão ou enviados por correio para: CGTP-IN/Departamento de Cultura e Tempos Livres – 1º Concurso "Conto e Poesia"; Rua Vítor Cordon, nº 1 – 2º, 1249-102 Lisboa. Os resultados serão divulgados até 15 de Junho, por carta dirigida aos participantes, através da imprensa e dos canais habituais do movimento sindical.

Direitos. Os trabalhos premiados passarão a constituir património da CGTP, que poderá deles fazer uso sempre com a salvaguarda da identificação do autor.

Informações. Quaisquer informações poderão ser obtidas por telefone (213 236 500, Carla Alves), e-mail (carla.alves@cgtp.pt) ou através do site www.cgtp.pt. ▶



Ana Alvim



ACE/Teatro do Bolhão repõe

“As Viagens de Gulliver”

Quem não se lembra dos minúsculos e aguerridos liliputianos, dos gigantes de Brobdingnag, dos cavalos sábios ou dos estranhos e selvagens yahoos?

12 a 19 de Abril

3ª a 6ª: 10h30 e 15h

Sábado: 11h e 16h / Domingo: 16h

ACE/Teatro do Bolhão

Pç. Coronel Pacheco, 1 - Porto · Telefone: 222 089 007

Depois do emblemático “A Fada Oriana”, que apresentou por todo o país em 2004, a Academia Contemporânea do Espectáculo/Teatro do Bolhão estreou em Fevereiro – e repõe em Abril – outro espectáculo baseado numa obra de referência da literatura infanto-juvenil: “As Viagens de Gulliver”, de Jonathan Swift (adaptação de Luísa Ducla Soares). É o regresso da companhia à produção teatral para a infância e ao território da fantasia e do encantamento. Proporcionando o contacto divertido e vivo com um herói da literatura universal que simboliza a incansável procura da verdade, o espectáculo valoriza a crítica satírica aos usos e costumes e enfatiza a sua forte actualidade. A viagem do herói, plena de exotismo, imaginação e fantasia, é também um percurso pelos vícios, injustiças e hipocrisias da humanidade – saliente-se a inesperada visita de Gulliver à corte portuguesa de D. João V.

Com encenação de Joana Providência, o espectáculo inscreve-se num universo de criação multidisciplinar, articulando espaço cénico, vídeo, movimento coreográfico, sombras e marionetas para introduzir o espectador no mundo fantástico e divertido de Gulliver. ▶

História de uma dor de cabeça

É Março. Num dos textos que dão forma a esta revista, Laura Esquivel faz referência a “um ser muito importante na minha vida e a quem também devo aquilo que sou: o meu pai. Com ele aprendi o riso, a ternura, o prazer do jogo e da criação, a independência, a generosidade”.

“Hoje sou eu que faço o pequeno-almoço para o nosso filho e o acompanho nessa refeição”, escreve Sérgio Geraldes, umas páginas mais adiante. Pai e marido por uns dias, professor colocado a 500 km de casa, pede desculpa à mulher: “Gostava muito de estar aí e ajudar-te; estaria mais cansado, mas também mais feliz”.

Curiosamente, numa edição dedicada às mulheres, duas referências à figura masculina. O que, por um lado, me faz recordar que em Março também há um Dia do Pai (Homem) e, por outro, me põe a pensar outra vez se isto dos “dias de” faz algum sentido.

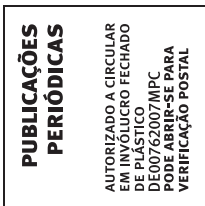
A Joana responde à minha SMS de 8 de Março, dizendo-me que a dor de cabeça que sinto resulta “do peso da consciência pelo facto de, ao celebrarmos um dia da mulher, estar subentendido que todos os outros são dos homens 😊”. Não é provável, sobrinha – todos os meus dias são dias das mulheres com quem convivo.

“Terão de me perdoar o atrevimento, mas penso que nós, as mulheres, temos realmente muita sorte por os homens existirem no mundo!”, escreve a escritora mexicana.

E eu que nada sei, em verdade vos digo que também nós, homens (pelo menos alguns), temos muita sorte por as mulheres existirem. “Para serem o nosso complemento ideal, graças ao qual podemos alcançar a glória”.

Obrigado deuses! E deusas, já agora... ▶

António Baldaia



nesta edição

- a abrir
02. **“Processo Bolonha”**: diz que é uma espécie de...
- editorial
03. **Lutar para vencer**
- acção sindical
- A valorização do serviço público de educação foi uma das exigências da jornada nacional de luta que CGTP-IN levou a efeito no dia 2 de Março. Entretanto, das matérias do ECD que carecem de regulamentação, o Ministério da Educação escolheu, para começar, o concurso de acesso a ‘professor titular’. Titulares, ou não, os professores continuam a ser vítimas de agressões...*
05. **120 mil exigiram mudança de políticas**
06. **Multiplicam-se as agressões aos professores**
07. **Concurso de acesso a ‘professor titular’**
- notícias spn
08. **Aprovada a revisão dos Estatutos do SPN. Reuniões. Convocatórias.**
09. **Manuela Mendonça candidata à sucessão de Paulo Sucena**
- em foco
- Entrevista com Manuela Mendonça.*
10. **Ser professor é exercer uma profissão exigente em contextos de grande complexidade**
16. **A melhor escolha para a Fenprof**
- destaque
- No dia 8 de Março de 1857, mais de uma centena de operárias de Nova Iorque morreram em luta por salários justos e pela redução da jornada de trabalho. Comemorando essa data trágica, o dia 8 de Março foi declarado pela Nações Unidas como Dia Internacional da Mulher.*
17. **150 anos depois, os problemas persistem**
18. **As carreiras das mulheres: uma visão menos convencional**
20. **Ser Mulher é viver (n)o arco-íris | Longe dos lugares de topo**
21. **Ignorância e preconceito**
22. **Participação em cargos de poder continua reduzida**
23. **Ao redor do fogo**
- diversos
26. **Consultório jurídico; índice de legislação; agenda sindical**
- caixa de correio
27. **Fui pai e marido alguns dias | Ainda correm esgotos nas escolas**
- nacional
28. **Constituição não pode ser letra morta**
- internacional
29. **Boneca esfarrapada**
- apostas spn
30. **Intercéltico do Porto está de regresso**
- a fechar
31. **História de uma dor de cabeça**

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXII · II Série · N.º 13
Março 2007 · 2 euros
spninfo@spn.pt